

Ouvidoria Geral de Justiça

Tribunal de Justiça de Pernambuco

Informativo da Ouvidoria Geral do TJPE

Artigos de interesse da classe jurídica

Atos normativos

Decisões judiciais

Compilado do mês de outubro de 2020

Diagramação

Assessoria de Comunicação Social/TJPE



OUVIDORIA
GERAL



TJPE

Artigos de interesse da classe jurídica

**DESEMBARGADOR CORREGEDOR-GERAL DA
JUSTIÇA LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO:**

Justiça célere, eu já escuto os teus sinais

Atos normativos

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

- Atos

ATO Nº 612 DO TJPE, DE 19 DE OUTUBRO DE 2020

TORNA PÚBLICO PROJETO DE RESOLUÇÃO, PARA ABERTURA DO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS ÚTEIS, PARA A APRESENTAÇÃO DE EMENDAS E APRESENTAÇÃO DE PARECER DA COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA E REGIMENTO INTERNO (COJURI), NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ART. 497, DO REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO (RESOLUÇÃO N. 395, DE 29.03.2017).

- Atos conjuntos

ATO CONJUNTO Nº 34 DO TJPE, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020

DISPÕE SOBRE O RESTABELECIMENTO DA COMPETÊNCIA DAS VARAS REGIONAIS DE EXECUÇÃO PENAL.

ATO CONJUNTO Nº 36 DO TJPE, DE 01 DE OUTUBRO DE 2020

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DA 2ª ETAPA DA SEMANA DA AUTOINSPEÇÃO 2020, A SER REALIZADA EM TODAS AS UNIDADES JUDICIÁRIAS DE 1º GRAU, JUIZADOS ESPECIAIS E TURMAS RECURSAIS DO ESTADO DE PERNAMBUCO, TENDO POR OBJETO PROCESSOS FÍSICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ATO CONJUNTO Nº 37 DO TJPE, DE 07 DE OUTUBRO DE 2020

INSTITUI O COMITÊ GESTOR DA CONCILIAÇÃO COM A FINALIDADE DE ORGANIZAR E EXECUTAR AS AÇÕES DESTINADAS A REALIZAÇÃO DA 15ª EDIÇÃO DA SEMANA NACIONAL DA CONCILIAÇÃO.

ATO CONJUNTO Nº 39 DO TJPE, DE 19 DE OUTUBRO DE 2020

AUTORIZA O RETORNO, NA MODALIDADE PRESENCIAL, DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS E JUDICIÁRIAS INTEGRANTES DO 2º GRAU DE JURISDIÇÃO ; BEM COMO PELAS UNIDADES JUDICIÁRIAS E ADMINISTRATIVAS INSTALADAS NAS 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª E 11ª REGIÕES DE SAÚDE NO ESTADO DE PERNAMBUCO , INDICADAS NAS 2ª, 3ª E 4ª ETAPAS DO ATO CONJUNTO N. 18, DE 19 DE JUNHO DE 2020 , QUE DISPÕE SOBRE O PLANO DE REABERTURA GRADUAL DAS ATIVIDADES PRESENCIAIS NO ÂMBITO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

- Instruções normativas

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 10 DO TJPE, DE 21 DE OUTUBRO DE 2020

DISCIPLINA O PEDIDO DA CONVERSÃO DE UM TERÇO DE FÉRIAS EM ABONO PECUNIÁRIO DOS MAGISTRADOS DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

- Instruções normativas conjuntas

INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA Nº 24 DO TJPE, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

ESTABELECE DIRETRIZES VISANDO À ORIENTAÇÃO E PADRONIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO E JUDICIAL PARA A DESTRUIÇÃO DE ARMAS DE FOGO, MUNIÇÕES, EXPLOSIVOS E ACESSÓRIOS PELO COMANDO DO EXÉRCITO OU PARA DOAÇÃO PARA ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA OU FORÇAS ARMADAS.

- Portarias

PORTARIA Nº 29 DO TJPE, DE 19 DE OUTUBRO DE 2020

INSTITUI COMISSÃO DE ESTUDOS PARA IMPLEMENTAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DE FERRAMENTA DE CÁLCULO JUDICIAL, PARA ATENDER ÀS DIVERSAS FINALIDADES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO, DESIGNA INTEGRANTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

- Portarias conjuntas

PORTARIA CONJUNTA Nº 20 DO TJPE, DE 23 DE OUTUBRO DE 2020

REGULAMENTA, NO ÂMBITO DA PRIMEIRA INSTÂNCIA, O PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO – PJE, NAS COMPETÊNCIAS CRIMINAL E INFRACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO.

- Projetos

PROJETO Nº 8 DO TJPE, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

REGULAMENTA, NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, A JUSTIÇA DE PAZ, PREVISTA NO ART. 98, INCISO II, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

- Projetos de resolução

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 11 DO TJPE, DE 7 DE OUTUBRO DE 2020

INSTITUI O CENTRO DE INTELIGÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO – CIJUSPE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

- Provimentos

PROVIMENTO Nº 29 DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA, DE 21 DE OUTUBRO DE 2020

ACRESCE AO CÓDIGO DE NORMAS DOS SERVIÇOS NOTARIAIS E REGISTRais DE PERNAMBUCO O ART. 584-B, DISPONDO SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA COMUNICAÇÃO PELOS OFICIAIS DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS AO REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO COM ATUAÇÃO NA JURISDIÇÃO DA SERVENTIA E, TAMBÉM, ONDE HOVER, AO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL ÀS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE (CAOIJ), ACERCA DAS LAVRATURAS DE REGISTRO DE ASSENTO DE NASCIMENTO COM MÃE E/OU PAI MENOR DE 14 (QUATORZE) ANOS E 09 (NOVE) MESES NA DATA DO NASCIMENTO DO REGISTRANDO .

- Resoluções

RESOLUÇÃO Nº 1 DO TJPE, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020

ATUALIZA OS PROCEDIMENTOS DE ADOÇÃO COM BASE NO SISTEMA NACIONAL DE ADOÇÃO E ACOLHIMENTO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

- Resoluções

RESOLUÇÃO Nº 706 DO STF, DE 15 DE OUTUBRO DE 2020

DISPÕE SOBRE O APRIMORAMENTO DA SEGURANÇA E TRANSPARÊNCIA NA DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

RESOLUÇÃO Nº 708 DO STF, DE 23 DE OUTUBRO DE 2020

INSTITUI O LABORATÓRIO DE INOVAÇÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - INOVA STF

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

- Recomendações

RECOMENDAÇÃO Nº 79 DO CNJ, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020

DISPÕE SOBRE A CAPACITAÇÃO DE MAGISTRADAS E MAGISTRADOS PARA ATUAR EM VARAS OU JUIZADOS QUE DETENHAM COMPETÊNCIA PARA APLICAR A LEI Nº 11.340/2006.

- Resoluções

RESOLUÇÃO Nº 346 DO CNJ, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020

DISPÕE SOBRE O PRAZO PARA CUMPRIMENTO, POR OFICIAIS DE JUSTIÇA, DE MANDADOS REFERENTES A MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA, BEM COMO SOBRE A FORMA DE COMUNICAÇÃO À VÍTIMA DOS ATOS PROCESSUAIS RELATIVOS AO AGRESSOR, ESPECIALMENTE DOS PERTINENTES AO INGRESSO E À SAÍDA DA PRISÃO (ART. 21 DA LEI Nº 11.340/2006).

RESOLUÇÃO Nº 347 DO CNJ, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020

DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE GOVERNANÇA DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NO PODER JUDICIÁRIO.

RESOLUÇÃO Nº 348 DO CNJ, DE 13 DE OUTUBRO DE 2020

ESTABELECE DIRETRIZES E PROCEDIMENTOS A SEREM OBSERVADOS PELO PODER JUDICIÁRIO, NO ÂMBITO CRIMINAL, COM RELAÇÃO AO TRATAMENTO DA POPULAÇÃO LÉSBICA, GAY, BISSEXUAL, TRANSEXUAL, TRAVESTI OU INTERSEXO QUE SEJA CUSTODIADA, ACUSADA, RÉ, CONDENADA, PRIVADA DE LIBERDADE, EM CUMPRIMENTO DE ALTERNATIVAS PENAS OU MONITORADA ELETRONICAMENTE

RESOLUÇÃO Nº 349 DO CNJ, DE 13 DE OUTUBRO DE 2020

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CENTRO DE INTELIGÊNCIA DO PODER JUDICIÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PODER EXECUTIVO

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

- Medidas provisórias

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.006 DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, DE 1º DE OUTUBRO DE 2020

AUMENTA A MARGEM DE CRÉDITO CONSIGNADO DOS TITULARES DE BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA E PENSÃO DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DURANTE O PERÍODO DA PANDEMIA DE COVID-19.

GOVERNO DE PERNAMBUCO

- Decretos

DECRETO Nº 49.487 DO GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

ALTERA O DECRETO Nº 49.055, DE 31 DE MAIO DE 2020, QUE SISTEMATIZA AS REGRAS RELATIVAS ÀS MEDIDAS TEMPORÁRIAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS, CONFORME PREVISTO NA LEI FEDERAL Nº 13.979, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2020.

DECRETO Nº 49.523 DO GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, DE 5 DE OUTUBRO DE 2020

ALTERA O DECRETO Nº 49.055, DE 31 DE MAIO DE 2020, QUE SISTEMATIZA AS REGRAS RELATIVAS ÀS MEDIDAS TEMPORÁRIAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS, CONFORME PREVISTO NA LEI FEDERAL Nº 13.979, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2020.

DECRETO Nº 49.542 DO GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, DE 9 DE OUTUBRO DE 2020

ALTERA O DECRETO Nº 49.055, DE 31 DE MAIO DE 2020, QUE SISTEMATIZA AS REGRAS RELATIVAS ÀS MEDIDAS TEMPORÁRIAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS, CONFORME PREVISTO NA LEI FEDERAL Nº 13.979, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2020.

DECRETO Nº 49.608 DO GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, DE 9 DE OUTUBRO DE 2020

ALTERA O DECRETO Nº 49.055, DE 31 DE MAIO DE 2020, QUE SISTEMATIZA AS REGRAS RELATIVAS ÀS MEDIDAS TEMPORÁRIAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS, CONFORME PREVISTO NA LEI FEDERAL Nº 13.979, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2020.

PODER LEGISLATIVO

CONGRESSO NACIONAL

- Leis

LEI Nº 14.065, DE 30 DE SETEMBRO DE 2020

AUTORIZA PAGAMENTOS ANTECIPADOS NAS LICITAÇÕES E NOS CONTRATOS REALIZADOS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA; ADEQUA OS LIMITES DE DISPENSA DE LICITAÇÃO; AMPLIA O USO DO REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS (RDC) DURANTE O ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA RECONHECIDO PELO DECRETO LEGISLATIVO Nº 6, DE 20 DE MARÇO DE 2020; E ALTERA A LEI Nº 13.979, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2020.

LEI Nº 14.071, DE 13 DE OUTUBRO DE 2020

ALTERA A LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997 (CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO), PARA MODIFICAR A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO E AMPLIAR O PRAZO DE VALIDADE DAS HABILITAÇÕES; E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 14.075, DE 22 DE OUTUBRO DE 2020

DISPÕE SOBRE A CONTA DO TIPO POUPANÇA SOCIAL DIGITAL; E ALTERA AS LEIS NOS 13.982, DE 2 DE ABRIL DE 2020, E 14.058, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020.

Decisões judiciais

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

- Poder de polícia administrativa

Vara da Fazenda Pública da Capital suspende o retorno das aulas presenciais nas escolas estaduais de Pernambuco

TJPE atribui efeito suspensivo à decisão que obstava o retorno das aulas presenciais nas escolas estaduais de Pernambuco

Proibição de aglomerações durante o período eleitoral não representa tolhimento ao exercício de direitos políticos

- *Habeas Corpus*

A gravidade do delito justifica a segregação cautelar mesmo no contexto da pandemia

- Transparência

Vara Cível de Belo Jardim determina a disponibilização de informações acerca das contratações realizadas pelo Município no combate ao coronavírus

- Saúde

Juizado Cível da Capital defere tutela de urgência para determinar a autorização de exame para Covid-19 por plano de saúde

TRIBUNAIS SUPERIORES

- **Conflito de competência**

STF decide ser de competência da Justiça Comum o julgamento de litígios envolvendo contratos de representação comercial

STJ delimitará lei que alterou a jurisdição federal delegada

Judiciário não pode fixar honorários de cautelar pré-arbitral ainda em apelação

O contrato entre motorista de aplicativo e plataforma de transporte individual não configura relação de emprego, devendo ser discutido na Justiça Comum

- **Contratos bancários**

Revogação da liminar de busca e apreensão após a venda do veículo impõe ressarcimento pela Tabela Fipe

- **Contratos de plano de saúde**

Ex-empregado mantido no plano de saúde por mais de dez anos após a demissão não poderá ser excluído

Operadora de plano de saúde não deve reembolsar procedimento cirúrgico não credenciado se o caso não for urgente

Segundo o STF, lei dos planos de saúde não se aplica aos contratos que a antecederem

- **Controle de constitucionalidade**

STF decide ser inconstitucional lei que suspendeu o pagamento de consignados no Rio Grande do Norte

Por maioria de votos, STF decide ser válida a suspensão imediata de CNH para motorista que ultrapassar 50% da velocidade permitida

É constitucional dispositivo do Código de Trânsito que criminaliza fuga de local do acidente

Por abordar tema de competência da União, Lei do RN que prevê estacionamento privado gratuito para idosos é declarada inconstitucional

- **Direitos de propriedade**

É indispensável a autorização do companheiro para gravar de ônus reais imóveis adquiridos na constância de união estável

Em ação possessória, revelia impede o reconhecimento do direito à indenização por benfeitorias

Usufruto vitalício não pode ser reconhecido se cônjuge tiver sido beneficiado com meação na separação de corpos

Resolução de contrato por incapacidade de pagamento configura quebra antecipada e dá margem à venda do bem em leilão

- **Direito do consumidor**

É dever do banco sacado verificar regularidade de endosso em cheque

Ausência de previsão da taxa diária no contrato afasta a capitalização de juros

Consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à devolução do valor em dobro

- ***Habeas Corpus***

STJ concede “habeas corpus” coletivo para soltar todos os presos que tiveram liberdade provisória condicionada ao pagamento de fiança

STF concede “habeas corpus” coletivo para os presos que forem os únicos responsáveis por crianças e deficientes

- **Honorários**

Ausência da participação de advogado em acordo realizado entre as partes não exime o pagamento de honorários

- **Prazo prescricional**

Prazo de cobrança por atraso na devolução de contêiner é de 5 anos

- **Recuperação judicial**

Astreintes em ação trabalhista devem ser consideradas crédito quirografário na recuperação judicial

- **Repetição de indébito**

STJ decide ser cabível, em sede de embargos monitórios, a cobrança em dobro de dívida paga indevidamente

- **Questões processuais**

O início do prazo recursal é orientado pela publicação da decisão no DJe

É necessária a intimação pessoal dos devedores no cumprimento de sentença, ainda que haja revelia na fase de conhecimento

Em ação de arbitramento de honorários, Corte Superior decide ser possível o uso de reconvenção sucessiva

Após desmembramento de ação, a prescrição é interrompida com o protocolo da inicial

Prazo para devedor fiduciante quitar dívida após apreensão do bem deve ser contado em dias corridos

Ausência de contraditório e erro na ampliação do julgamento leva turma do STJ a determinar nova análise em ação de expurgos inflacionários

Citação postal recebida por terceiro não comprova que réu pessoa física teve ciência do processo

O valor da causa não pode ser diferente do valor original da execução quando o devedor questiona a totalidade da dívida executada

A existência de cláusula arbitral impede a execução paralela se a discussão for relativa ao mérito do título extrajudicial

Quando houver menção expressa no título executivo, é necessária a instauração de Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica (IDPJ) para a execução da sociedade do mesmo grupo econômico da executada

- **Responsabilização civil**

Instituição financeira não deve ser responsabilizada pela emissão de cheques sem fundo em razão de o emitente ser cliente do banco há pouco tempo

STJ isenta banco de pagar dano moral a empresa vítima de fraude praticada por irmã das sócias

Com base na culpa exclusiva da vítima, STJ afasta indenização por fraude bancária cometida por preposto

Provedor de conteúdo de internet deve ser responsabilizado se não retirar do ar material moralmente ofensivo após notificado, mesmo que extrajudicialmente

OUTROS TRIBUNAIS

- Controle de constitucionalidade

[TJPB suspende lei municipal que proíbe descontos de empréstimos consignados](#)